

O Brasil dá a volta por cima

Racionamento, moratória já, sucateamento do parque industrial, convulsão social, fone... não faz muito tempo, esse era o tom das conversas públicas e privadas de muita gente importante neste país. Personalidades, políticos, técnicos e empresários, que anunciavam o juízo final para o dia seguinte. Os arquivos dos jornais e as videotecas dos noticiários da televisão têm tudo guardado. Menos de três anos atrás, o mínimo que alguns diziam do Brasil era que o país estava liquidado. Os prejuízos com os dois choques do petróleo (73 e 79), a desorganização da economia mundial, a vertiginosa disparada das taxas internacionais de juros, a negra crise vivida pelas atividades produtivas em todo o planeta atingiram fortemente o Brasil.

A resposta para a crise, no entanto, não era o pânico ou o desânimo, mas muito trabalho. Justiça seja feita, o ministro Delfim Netto, do Planejamento, quase ficou rouco de repetir isso. E agora dá para ver que realmente o caminho era esse.

Não sem sacrifício — e com muito trabalho — o país conseguiu reequilibrar suas contas externas, já está retomando o caminho do crescimento econômico, estruturou uma nova matriz energética, muito mais independente do petróleo estrangeiro, e lançou as bases para um processo forçosamente longo e cuidadoso, de contenção e redução da presença do Estado na economia nacional.

Hoje, o horizonte já não se apresenta sombrio. O Fundo Monetário Internacional não era, afinal, o quinto cavaleiro do apocalipse. O presidente Figueiredo está perto de fechar com chave de ouro seu processo de redemocratização. Os grandes ajustes estruturais da economia brasileira estão em pleno curso. Grandes obras, de expressão inclusive internacional, estão concluídas ou por inaugurar. O processo de desestatização é um fato e a sociedade já pode arregimentar forças para tentar superar o último dos grandes desafios postos à sua frente: a redução substancial da inflação. A partir de hoje, o «JBR» pretende analisar em seis grandes reportagens o que, afinal, aconteceu no Brasil, nestes últimos anos. A síntese desse período, de qualquer maneira, já está patente: o Brasil trabalhou e mudou.

O Brasil nem havia conseguido superar os problemas decorrentes da primeira crise do petróleo, deflagrada em 1973, e veio um segundo choque, em 1979, para tumultuar de vez o comércio internacional e a economia brasileira. Em meio às mais sombrias previsões, ficou claro que o país precisava de um amplo programa de ajuste econômico. Um programa que enfrentasse quatro desafios básicos: a necessidade de reduzir a dependência da energia importada e paga em dólar; a necessidade de reduzir a dimensão do setor público no conjunto da economia e conter os seus déficits; a necessidade de reorientar o sistema nacional de produção para articular-se com o objetivo de reequilibrar o setor externo; e a necessidade exatamente de reequilibrar as relações do país com o exterior.

A dependência brasileira do petróleo importado, em 1980, chegava a 80% das necessidades nacionais. A crise econômica que envolveu o mundo entre 1981 e 1983 reduziu o volume de trocas. Com a queda no comércio externo, o Brasil assistiu a um aumento significativo em seus déficits em conta corrente: um total de 11 bilhões de dólares, em 1981, e quase 15 bilhões de dólares no ano seguinte, representando cerca de 5% de todo o Produto Interno Bruto. O país precisava continuar honrando suas dívidas em moeda estrangeira e, com isso, a saída foi procurar novos créditos para "rolar" esses débitos, enquanto se trabalhava na solução efetiva do problema.

A solução veio na forma de um programa econômico de ajuste. Um programa que disciplinou as empresas estatais, impulsionando um processo de desestatização, ao mesmo tempo em que uma administração mais rígida dos três grandes orçamentos nacionais (o orçamento fiscal, o monetário e o orçamento das estatais), levou à liquidação do déficit público, no final deste ano. Um programa que manteve a prioridade nos investimentos para definição de uma nova matriz energética para o país. Uma matriz onde a dependência da energia importada já caiu para 40% e continua a descer. Um programa de ajuste que estimulou as exportações ao ponto do setor estar prestes a conquistar, entre 1983 e 1984, um superávit acumulado da ordem de 20 bilhões de dólares na balança comercial. E isso dentro de uma perspectiva concreta de retomada do desenvol-

vimento em muitos setores industriais e de um comportamento mais dinâmico da agricultura.

Na base, o ajuste do setor externo

A grande crise de créditos externos que atingiu o Brasil e a maioria dos países em desenvolvimento teve início entre 1979 e 80, com a subida das taxas de juros e a recessão econômica mundial. Esses dois fatores provocaram a redução das exportações, no exato momento em que o serviço da dívida externa se tornava mais pesado, em função dos juros.

Foi em setembro de 1982 que ocorreu a eclosão aberta da crise nos mercados financeiros internacionais. Até então, a crise latente já havia conduzido 13 países à renegociação da dívida externa. E a precipitação dos problemas, naquele mês, conduziu por esse mesmo caminho outros 17 países, incluindo o Brasil.

Vários países renegociaram suas dívidas entre o segundo semestre de 1982 e o ano passado. E dentro desse processo, os destaques ficaram com as três maiores economias da América Latina: Brasil, Argentina e México. Na maior parte dos casos, o procedimento foi comum: a superação de crises de liquidez e ameaças de insolvência, contando com o apoio do sistema bancário internacional, diversos governos e organismos internacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O ministro Ernane Gálvez, da Fazenda, explica a opção de renegociação adotada pelo Brasil, em oposição à alternativa da decretação de uma moratória: "A suspensão dos pagamentos internacionais, por parte de um país, equivale à concordata, no caso das empresas; com a moratória, cessam as correntes normais de financiamento". Segundo ele, "seria muito difícil avaliar as consequências de uma solução violenta, unilateral, imposta aos credores do Brasil; o que representaria — pergunta o ministro — para a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce e as empresas siderúrgicas do grupo Siderbrás a perda de mais de 6 bilhões de dólares de linhas de crédito no exterior ou, ainda, a paralisação brusca das importações financiadas de equipamentos, de petróleo e trigo".

O esforço para um ajuste profundo da economia brasileira começou em 1974, a partir da primeira crise do petróleo. Com o aumento de preços, a balança comercial do país passou de um pequeno superávit de 7 milhões de dólares, em 1973, para um déficit de 4,7 bilhões de dólares já no ano seguinte. O déficit em transações correntes evoluiu de 1,7 bilhão de dólares para nada menos que 7,1 bilhões.

Naquele momento, o governo brasileiro precisou tomar uma decisão: internar rapidamente os efeitos da crise mundial ou manter um programa de desenvolvimento, ainda que em ritmo mais lento, aproveitando a disponibilidade de capitais no mercado internacional. A opção pela segunda alternativa permitiu ao país avançar uma série de programas de investimentos em setores estratégicos de bens de capital, insumos básicos e energia, para manter a economia em funcionamento e aliviar o balanço de pagamentos, por meio de projetos em condições de gerar exportações ou substituir importações.

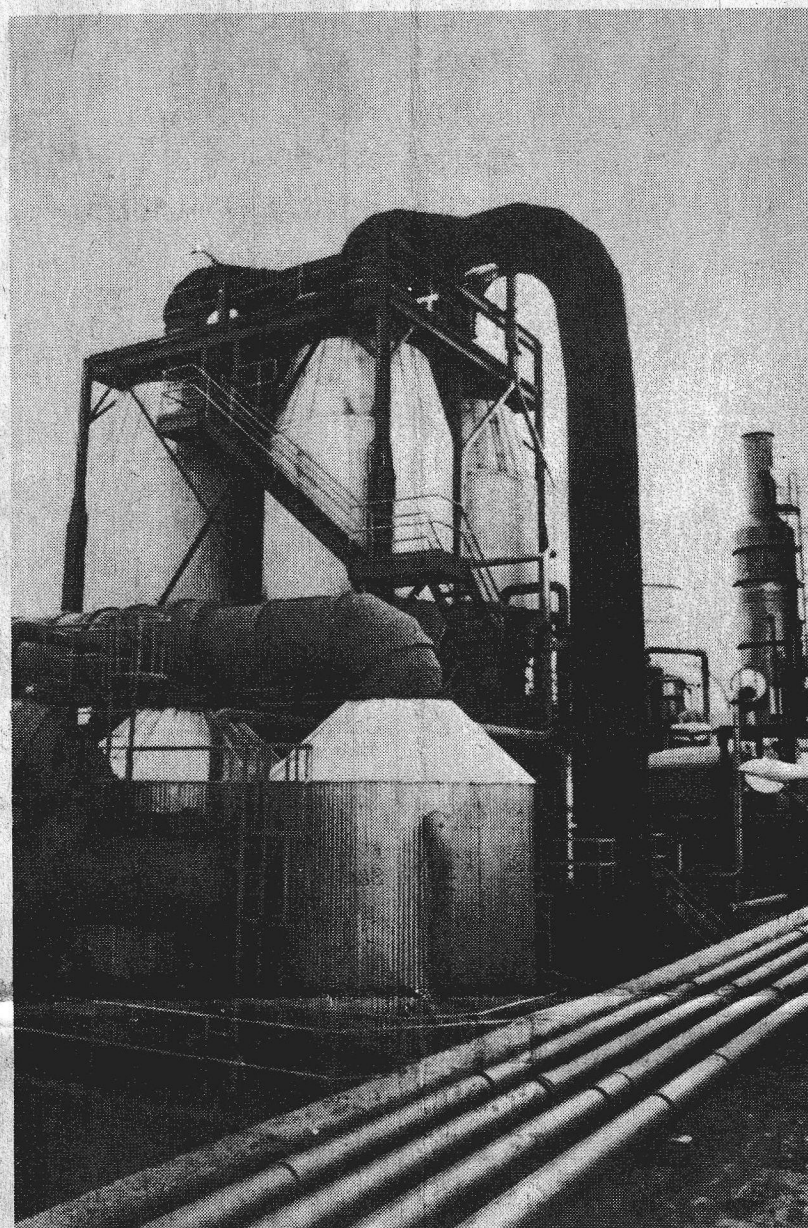
Todo esse esforço tinha como contrapartida o aumento da dívida externa. Uma dívida que seria amortizada sem qualquer sobresalto, não fosse o impacto do segundo choque do petróleo, em 1979. Essa situação colheu o país em pleno salto. Estimativas oficiais indicam que o Brasil investiu quase 70 bilhões de dólares, entre 1974 e 82, na implantação de usinas hidrelétricas, substituição e racionalização de combustíveis (álcool, carvão mineral e melhoria dos sistemas de transporte), além de outros investimentos estratégicos.

A nova crise energética e o choque financeiro se refletiram de forma violenta no balanço de pagamentos do Brasil e na realimentação do processo inflacionário.

Os gastos com a importação de petróleo, que tinham crescido cerca de 59%, entre 1974 e 1978, mais que dobraram em apenas dois anos, passando de 4,1 bilhões de dólares em 1978 para 9,4 bilhões em 1980 e



Mais de 1,5 milhão de veículos rodam, hoje, sem consumir petróleo. O Brasil não parou



Nova matriz energética: a sustentação do crescimento

10,6 bilhões de dólares, em 1981. As despesas com juros também acompanharam essa tendência, pulando de 3,3 bilhões de dólares em 1978, para 7,5 bilhões em 1980 e 10,3 bilhões de dólares, em 1981. Um violento contraste com os juros que o Brasil pagou, em média, em 1972 e 73: 664 milhões de dólares anuais, de juros brutos sobre a dívida externa.

Todo o esforço do período 74/78, na direção de investir em áreas básicas e de substituição de importações, começou a dar resultados e a cumprir seu papel: gerar condições para a amortização da dívida externa brasileira e permitir a retomada do desenvolvimento econômico. A alta correlação entre desenvolvimento econômico e a expansão do comércio internacional mais uma vez ficava patente.

O ajuste do setor externo tomou corpo com resultados como a redução da dependência de petróleo importado e a expansão do comércio brasileiro com o exterior, em áreas novas e altamente competitivas, como os fornecimentos de aço ao mercado internacional, exportações de celulose, carros, caminhões, ônibus, tratores e aviões, vendas de equipamentos hidrelétricos, rodoferrviários, papel e outras manufaturas.

Um grande esforço no sentido de aumentar e diversificar as exportações foi deflagrado, recorda o ministro da Fazenda. "Os resul-

tados alcançados evidenciam ter havido uma avaliação correta", conclui. O ministro Delfim Netto, do Planejamento, constata: "Em 1982 tivemos um superávit na balança comercial de 780 milhões de dólares, mas um déficit na conta de juros e outros serviços da ordem de 15 bilhões de dólares, o que resultou em um déficit em conta corrente de 14,7 bilhões de dólares; isso representava 5% do Produto Nacional; em 1983, o déficit foi reduzido à metade e, em 1984, isso será reduzido a mais ou menos 1,6% do Produto Nacional, um número compatível com aquilo que achávamos razoável na década de 70, antes da crise do petróleo".

A grande mudança na matriz energética

Ao lado de ajustar o setor externo, para superar o risco de insolvência, o país tinha que alterar radicalmente o perfil de sua matriz energética. A dependência em grande escala de energia importada, basicamente petróleo, não poderia continuar. Os investimentos na produção e exploração de petróleo foram ampliados. O programa do álcool foi dinamizado e a produção de outros energéticos também foi incrementada.

O país produzia 160 mil barris/dia de petróleo em 1979. Hoje, essa produção já passou dos 500 mil barris/dia. Nos setores de cimento, papel, celulose e siderurgia, a substituição do óleo combustível pela

energia elétrica no aquecimento industrial, já avançou bastante. Na média, o setor industrial como um todo já substituiu mais de 20% de seu consumo de óleo. O Proálcool, por outro lado, é um programa pioneiro em todo o mundo, para a substituição de petróleo, a partir da biomassa.

Hoje, o País já tem capacidade de produção de 9 bilhões de litros de álcool, o equivalente a 150 mil barris/dia de petróleo. A partir da safra 87/88, essa capacidade será de 14,3 bilhões de litros, equivalentes a 220 mil barris/dia. O Proálcool já substituiu 40% da gasolina consumida no País, representando uma economia de 1,5 bilhão de dólares/ano. Hoje, mais de 1,5 milhão de veículos automotores rodam exclusivamente com álcool enquanto o restante da frota (9 milhões de veículos) usa 20% de álcool anidro na gasolina.

No esforço para dar maior autonomia à matriz energética brasileira, conseguiu-se igualmente uma maior eficiência no uso desse fator. A economia como tudo está economizando 22% de energia por unidade de produto, em relação ao consumo aparente de petróleo. Além disso, conseguiu-se uma redução global no consumo de energéticos da ordem de 14%, em relação ao consumo de 1979.

Na defesa dos métodos adotados para fortalecer e nacionalizar a matriz energética brasileira, o ministro do Planejamento argumenta: "Algumas pessoas imaginavam que se devia fazer restrições quantitativas, que se podia estabelecer uma forma qualquer de bônus ou até fazer racionamento para se atingir o mesmo objetivo de economizar energia; mas nada disso funciona em lugar nenhum do mundo, nem no País do raciocínio, que é a União Soviética".

Força na contenção no setor público

Ao mesmo tempo em que procurava ajustar a questão do balanço de pagamentos e resolver o problema energético, o País começou a assistir a um processo de contenção e redução gradual da presença do setor público na economia brasileira. O mesmo setor público que havia crescido de forma destacada entre a primeira e a segunda crise do petróleo, a partir da realização de grandes programas de substituição de importações e produção de energia.

O financiamento desses investimentos foi feito de forma dupla: via poupança nacional e via empréstimos externos. Na falta de poupança interna disponível na quantidade necessária, o déficit do setor público de forma destacada. Segundo o ministro Delfim Netto, "o governo, quando fechou sua conta no fim de 1982, tinha um déficit equivalente a 6,6% do Produto Nacional". E as empresas estatais respondiam por mais da metade desse déficit (3,5%), contra 2% da administração central e 1,3% dos Estados e municípios.

"O ajuste que se tinha de realizar no setor público era uma tarefa imensa — lembra o ministro do Planejamento — já em 1983 o déficit operacional estava reduzido a menos da metade: foi de 2,7%, e para 1984 estamos projetando praticamente o equilíbrio do setor governo, com uma previsão de 0,3%, que corresponde a alguma coisa menor do que um erro de estimativa". O ministro está convencido de que o presidente Figueiredo entregará o governo a seu sucessor com o setor público em equilíbrio.

A tarefa que terá de ser mantida, em relação ao setor público, será o esforço de desestatização. No início do governo Figueiredo, o País tinha 521 empresas estatais, dos mais variados tipos. Outras quatro foram criadas, enquanto 151 estão eliminadas ou em processo de eliminação: 19 foram absorvidas ou incorporadas por outras empresas, 14 foram extintas, 5 fundidas, 18 privatizadas e outras 68 estão em processo de extinção.

Atualmente o País tem ainda 374 empresas estatais, número que o titular da Seplan considera exagerado. "O resultado é pequeno — diz ele — mas é o que foi possível fazer, diante das dificuldades desse processo de desestatização

que, na minha opinião, tem de ser mantido e aperfeiçoado".

A reorientação da economia, um fato

O último dos grandes desafios no processo de ajuste da economia brasileira a uma nova situação da economia mundial, foi a reorientação dos principais setores econômicos do País. Os subsídios à agricultura foram substancialmente reduzidos, enquanto o setor passava a contar com margens cada vez maiores de liberdade de preços e de ação. Apesar das altas taxas de juros, diversos setores industriais encontraram espaço para voltar a crescer e a gerar empregos e riqueza, apoiados na conquista de mais e melhores espaços no comércio internacional.

Anos seguidos de secas no Nordeste e uma enorme enchente no Sul do País (1983), não permitiram que o setor rural expandisse de forma ainda mais significativa a produção. Os resultados alcançados entre 1979 e 84, de qualquer forma, permitiram que o setor contribuisse de forma destacada para a formação dos importantes superávits da balança comercial nos dois últimos anos, além de normalizar o abastecimento do mercado interno.

Do lado da indústria, o setor enfrentou uma verdadeira situação recessiva ao longo de 1982 e 83, com reflexos negativos e importantes no nível geral de emprego. A fase mais aguda do processo de ajuste, no entanto, já foi superada. O início da recuperação neste ano, visível pelas taxas positivas de expansão dos ramos industriais ligados ao esforço exportador, indica uma perspectiva de retomada do desenvolvimento com impactos igualmente importantes — e desta vez positivos — na formação do Produto Nacional e na ampliação do mercado de trabalho.

Todo esse processo de ajuste está dramatizado nas taxas que medem a variação do Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1975 e 1980, o PIB brasileiro cresceu a uma média anual de 6,7%. Era a fase de sacar contra o futuro, financiar o esforço de modernização da economia e substituição de importações, com poupança externa. Essas taxas desapareceram sob o impacto do segundo choque do petróleo e da desorganização do sistema financeiro internacional.

O País passou a registrar taxas negativas de expansão do produto, com destaque para o índice do ano passado (3,3% negativos), até que todo esse esforço de ajuste começou a apresentar resultados e reverter a situação: para surpresa de muitos e até do próprio governo, a economia brasileira volta a crescer de forma bastante razoável já em 1984. O programa de ajuste da economia foi dimensionado para execução em três anos, devendo terminar em 1985. Mas pouco além da metade do prazo total previsto, eis que a economia brasileira retoma uma dinâmica de crescimento que pode elevar o produto nacional em mais de 3%, este ano.

Agora, prioridade contra a inflação

A solução do problema externo... a modificação da matriz energética... o controle do setor público... a mudança na estrutura produtiva do País... é o próprio ministro do Planejamento quem contabiliza: "Resta, agora, a redução da taxa de inflação". Delfim acredita existir uma certa estabilidade das taxas em um patamar alto. Vale dizer, as tensões estariam se esgotando e a manutenção de uma disciplina política de contenção monetária, poderá abrir um processo efetivamente gradual e firme de redução das taxas inflacionárias.

Caso se confirme essa tendência, mais rapidamente do que se imaginava dois anos atrás, o Brasil poderá retomar um processo de expansão econômica que rapidamente recomponha e amplie o produto nacional, transformando em mais um capítulo da história econômica nacional o penoso e importante processo de ajuste do sistema produtivo brasileiro a um novo quadro econômico mundial.

Projeções, feitas pelo Banco Mundial a respeito da evolução da economia brasileira deixam claro que o processo de ajuste realmente pode ter queimado etapas: em suas hipóteses básicas o órgão calculava apenas para 1985 a retomada de taxas positivas de crescimento industrial, admitindo que este ano ainda teríamos uma taxa negativa da ordem de 2%. O número previsto para 1985, no entanto, deverá ser superado já este ano. E o banco projeta um crescimento firme e auto-sustentado para a economia brasileira nos próximos 10 anos, dentro de determinados parâmetros de evolução dos preços internacionais do petróleo, de expansão das economias dos países industrializados e comportamento da mais importante taxa internacional de juros (a Libor). Em outro estudo, o banco constata uma efetiva tendência de fortalecimento da economia nacional, em relação à dívida externa.

A confiança do ministro do Planejamento é grande: "Quando se iniciaram as grandes modificações estruturais, em 1964, nós éramos certamente a 48ª ou 49ª economia mundial; hoje, somos a 8ª economia mundial — e vamos continuar crescendo; foi esta convicção que permitiu que renegociássemos nossa dívida em 1982, em 1983 e 84; nós resolvemos o problema do equilíbrio externo, vamos resolver o equilíbrio interno e continuar a realizar nosso desenvolvimento".

EXPORTAÇÕES

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO

